

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 110

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE AGOSTO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 1531/2000, da senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, encaminhando cópia das informações requeridas pelo deputado Irineu

Colombo, que pede esclarecimentos sobre “A Distribuição de Merenda Escolar nas Escolas Estaduais de Foz do Iguaçu”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob nº 134/2000, do senhor Jaime Lerner, governador do Estado, encaminhando cópia do Decreto nº 2.435, de 14 do corrente mês, o qual, nos termos do disposto no § 2º, do art. 23, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, foi baixado *ad referendum* desta Casa de Leis, dispondo sobre regulamentação do “Processo de Progressão dos Servidores Técnicos Administrativos, integrantes da Carreira do Pessoal das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/90, 99, 100, 101 e 102/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

051/2000: De autoria do deputado Cleiton Kielse que, dispõe sobre competições denominadas rodeios, que passam a ser reconhecidas como esporte e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.903. **Anote-se - Arquite-se.**

354/99: De autoria do deputado Ricardo Maia que, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no município de Paçandu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.905. **Anote-se - Arquite-se.**

410/99: De autoria do deputado Luiz Accorsi que, autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Terra Rica, a Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.906. **Anote-se - Arquite-se.**

549/99: De autoria do deputado Kleiton Kielse que, autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Paraíso do Norte, a Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.907. **Anote-se - Arquite-se.**

110/2000: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Mangueirinha, o qual convertido em lei tomou o nº 12.908. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/096/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 589/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n CTL/SEEG/095/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 588/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/133/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/092/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do deputado Edno Guimarães, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/094/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/093/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/097/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/098/00, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 028/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Mensagem:

MENSAGEM Nº 018/2000

Curitiba, 23 de agosto de 2000.

Senhor Presidente.

Através da presente, tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso X, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do país, no período compreendido entre os dias 25 e 30 do corrente mês, com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, a fim de, atendendo convite da Organização das Nações Unidas (ONU), proferir palestra de abertura da Global Solidarity - 53ª Annual NGO Conference” (Conferência Anual de

Organizações Não Governamentais), sob o tema “Políticas de Compensação entre Países Ricos e Pobres,” cujo evento contará com a presença do Secretário Geral das Nações Unidas, Mr. Kofi Annan.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.08.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 273/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas - Marev, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas - Marev, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade auxiliar as pessoas dependentes de tóxicos de qualquer natureza ou de álcool.

O reconhecimento de Utilidade Pública será, antes das demais benéficas consequências, um prêmio ao esforço da comunidade para resolver, pelos próprios meios, um problema que ano-a-ano tem seus números incidentes aumentados em proporções assustadoras.

Nessa ação social, registra-se o empenho e dedicação dos integrantes da atual Diretoria, que sem qualquer tipo de remuneração ou vínculo financeiro, nas horas de folga de suas atividades particulares, encontram tempo para dedicarem-se com afincio à busca de soluções.

Com esse projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder a ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem tempo suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 274/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas prestadoras de serviços públicos como abastecimento de água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone, ficam obrigados, anualmente, a emitir declaração negativa de débitos dos respectivos usuários.

Parágrafo Único - A declaração a que se refere o *caput* deste artigo, decorrido o prazo mencionado, constará no demonstrativo de cobrança.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão visa a emissão de certidão negativa de débitos aos usuários dos serviços públicos como água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone.

Essa providência facilitará a vida dos usuários dos mencionados serviços, evitando o arquivo de papéis.

Atualmente, em face dos rígidos controles exercidos pelas prestadoras dos serviços, nenhuma dificuldade terão as mesmas para cumprir a disposição deste projeto de lei.

A medida proposta oferece aos usuários e às prestadoras dos serviços públicos maior segurança, pois, anualmente, será dispensada a guarda de muitos documentos pelo recebimento da referida certidão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças da Oposição, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINERU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná que a Oposição vê é um Paraná que está sofrendo uma verdadeira devassa dos recursos públicos, na capacidade do Estado em fazer investimentos e tomar iniciativas para paranaense. Enfrentamos antes de ontem e ontem nesta sessão, senhor presidente, senhores deputados e nobre deputada, a entrega de mais um privilégio para a iniciativa privada patrocinada pelo governo.

Privilégio de 5 anos de contas, que combateremos e tentaremos reverter durante o mandato que tivermos aqui na Assembléia. Não dá para admitir que um Banco, como o Banco do Estado do Paraná, seja entregue da forma como foi avaliado: com privilégio e contas públicas mantidas nesse Banco privado que talvez comprará o Banestado e que pague por esses privilégios, por benefícios tributários. Pague poucos milhões de reais, quando na conta do Banco não paga nem os prédios do Banco, a estrutura física, nem a marca do Banco que não foi avaliada ainda. Que é uma marca importante o Banestado tem a marca, ele vale muito no mercado e, além disso, tem os benefícios já estabelecidos em lei de 5 anos de privilégios.

Estaremos entrando com ação direta de inconstitucionalidade porque entendemos que nenhum Poder Público pode manter por lei privilégios à iniciativa privada, premissa básica para que esta lei seja declarada inconstitucional, na nossa avaliação.

Continuo mais, o Paraná com o governo Jaime Lerner, portanto, entrega um Banco que poderia ser um Banco de fomento, acaba com a Emater, está destruindo o Iapar e está destruindo também o Instituto de Previdência do Estado do Paraná - que tive a oportunidade de visitar ontem, pela manhã - e comunicar ao Bloco de Oposição que faremos uma visita com lideranças sindicais, com os deputados de Oposição ao IPE, e vamos constatar lá, deputados, o que é o abandono do patrimônio público, o que é o sucateamento proposital do patrimônio público como fizeram com o Banestado, por exemplo, que agora colocam para esta Casa a inevitabilidade da sua venda, quer dizer, não podemos evitar que seja privatizado.

Lá no IPE está abandonado um sistema de Raio X com local próprio, não é moderno, mas eficaz e que dado o devido reparo continua absolutamente eficiente para atender as demandas do servidor público estadual. Senhor presidente, tem valor de mais de 2 milhões de reais, o serviço de Raio X abandonado completamente. Ali tem sujeira, lixo, no meio daqueles equipamentos caríssimos; também o setor odontológico: caixas, computadores revirados, máquinas de escrever eletrônicas em perfeitas condições empoeiradas, colocadas umas sobre as outras, deixadas no canto. Do outro lado uma sala com enormes pilhas de equipamentos de fisioterapia abandonado.

Deputado Valdir Rossoni, entrei na sala de fisioterapia abandonada, encaixotada e outros tantos empilhados desajustadamente e encontrei um fisioterapeuta do Estado do Paraná, servidor público, fazendo fisioterapia no meio daquelas ruínas com 30 senhoras da terceira idade e mais três senhores fazendo fisioterapia, um abnegado do serviço público no meio das ruínas do IPE.

O que estamos pensando? Estamos pensando que o governo, de propósito abandona às moscas o patrimônio público, como faz com o prédio lá da Rádio Educativa, como faz com o IPE, como faz com o Banestado, para criar uma situação que vai justificar perante a opinião pública: olha, não dá mais para salvar, não tem como recuperar e aí tenho que privatizar, tenho que terceirizar, aí tenho que fazer convênio. É isso que vai acontecer.

Se o governo do Estado do Paraná quisesse fazer uma boa demonstração em prol da saúde pública do Estado, poderia adotar a seguinte medida com relação ao IPE, que nós, da Oposição temos, que é arrumar o setor de Raio X, odontológico, de fisioterapia, modernizar todos os setores com poucos recursos, fazer um convênio com o Ministério da Saúde, que o Ministério da Saúde dê em troca, para nós, um centro de Transplantes, um centro de hemodiálise, o que for necessário para o Paraná, e concede a todo o povo paranaense o IPE para atender o povo do Paraná, não só os servidores, a todos os para-

naenses, ampliando a capacidade do Paraná na oferta da saúde pública que, diga-se de passagem, não anda bem no Estado do Paraná.

Então, vemos claramente que o neoliberalismo não é uma teoria que o governo quer colocar em prática. É uma teoria de justificação para a quebra do Estado do Paraná, justifica a quebra, os desmandos, os escândalos são justificados pela “privataria”, como chama o Hélio D’Gaspari: “O Paraná está na linha da privataria, que é a pirataria com a justificação da privatização.” É isso que está acontecendo no Estado do Paraná. Precisamos reverter isso.

E digo mais, os deputados de Situação estão suportando um governo que, na verdade, não teriam condições absolutas, em sã consciência, de suportar e defender aqui nesta Casa. O governo do Estado do Paraná tem que agradecer e muito aos deputados da Situação. Eu havia falado isso em conversas reservadas com o deputado Strapasson, com o Pessuti. Tive confidências com o deputado Nereu Moura, com o deputado Ademir Bier, e se não fossem os deputados que sustentaram o governo da forma como estão sustentando aqui e às vezes, usando do bom entretenimento e todo o recurso regimental que dispõem, têm salvo este governo de não ser processado e quem sabe, estar respondendo nesse momento, a inquéritos até criminais nas Varas da Justiça.

Então, o governo deve muito a esta Casa, sobretudo ao Bloco da Situação, e acho que o governo Jaime Lerner não chega ao fim. Se continuar deste jeito, senhores deputados, e os deputados da Situação têm esta responsabilidade, de pedir para o governo Jaime Lerner reverter essa situação de privataria que tem no Estado do Paraná. Há uma chance, vamos federalizar o Banco do Estado do Paraná para colocar tudo às claras, sob novas regras, sob a supervisão eficiente, quem sabe, de toda estrutura federal e abrir as contas e mostrar quem são realmente os devedores e colocar gente na cadeia, gente que rapinou o Banco do Estado e que está tentando quebrar com o IPE e assim por diante.

É o meu desabafo no momento angustiante e que temos nesta Sessão Plenária, a votação das contas do Paranáidade, que terei a oportunidade, no encaminhamento de votação, de fazer as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 018/2000, de autoria do senhor governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, entre os dias 25 e 30 do corrente mês, com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, atendendo convite da Organização das Nações Unidas, ONU, para proferir palestra

de abertura da Global Solidarity, 53ª “Anual NGO Conference” (Conferência Anual de Organizações Não Governamentais), sob o tema “Políticas de Compensação entre Países Ricos e Pobres”, cujo evento contará com a presença do secretário geral das Nações Unidas, Mr. Kofi Annan. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe depósitos prévios para internação em hospitais públicos e privados e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 360/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a exigência de depósito prévio de qualquer natureza, para possibilitar internação de doente em situação de emergência, que resulte em estado de sofrimento intenso e/ou risco de vida ao paciente, em hospitais da rede pública ou privada.

Art. 2º - Comprovada a infração ao disposto no artigo 1º desta lei, o hospital será obrigado a devolver em dobro o valor cobrado a título de caução, ao paciente ou aos respectivos herdeiros.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 632/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Meio Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 632/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Região Administrativa Meio Oeste, integrada pelos seguintes municípios: Medianeira, Missal, Matelândia, Itaipulândia, Ramilândia, Diamante do Oeste, São Miguel do Iguazu, Serranópolis do Iguazu e Céu Azul.

Parágrafo Único - Os municípios que forem criados, na referida região, a partir da sanção desta lei, integrarão a Região Administrativa meio Oeste.

Art. 2º - Fica designada para a sede da Região Administrativo Meio Oeste o município de Medianeira.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que proíbe em todo o território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carnes oriundas de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 656/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida em todo o território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carnes derivados oriundos de países que utilizem substâncias com propriedades anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano.

Art. 2º - A carne e derivados, objeto de importação, circulação, comercialização ou consumo que contenha substâncias com propriedades anabolizantes, nos termos do artigo anterior, será fiscalizada e apreendida pelos órgãos de vigilância sanitária do Estado do Paraná, independentemente das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo repassar recursos financeiros necessários para a manutenção da Associação de Pais e Funcionários da SETR/DER. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Céu Azul, com Abrangência no município de Vera Cruz do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação do artigo 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo. Com voto contrário do senhor deputado Irineu Colombo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Marialva e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2000, de autoria do Ministério Público - Proc. Geral de Justiça, que altera a redação do artigo 5º da Lei 11.078, de 29 de março de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Em votação.**

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

(Para Encaminhar)

Senhor presidente, esse Projeto de Lei nº 115/2000, de autoria do Ministério Público, foi pedido para ser retirado de pauta e por uma gentileza de Vossa Excelência foi retirado, apesar de estar em Regime de Urgência e foi pedido por nós e outros deputados que não entendemos em primeira mão o que o Ministério Público queria atingir com este projeto. Fomos contatados pelo procurador geral de Justiça, doutor Marco Antônio, que colocou à disposição todas as informações e, através do procurador Luiz Celso Medeiros entregou em nossas mãos esta correspondência e queremos dizer que o que está se resolvendo é a correlação de vencimentos que, em 1995, a lei estabelecia que o servidor público do Ministério Público está com salário 20 vezes maior que o

menor vencimento do Poder Executivo. Portanto, é um teto muito pequeno e não há correlação legal.

Este projeto quer contemplar que o vencimento do servidor vá até o teto do vencimento do promotor substituto e assim se estabelece o modelo constitucional estabelecido pelo Supremo Tribunal.

Enfim, o servidor do Ministério Público ganha muito pouco e possui uma função muito importante, porque tem que trabalhar no Ministério Público, fazer diligência e não tem estímulos devido ao baixo salário. Na realidade, o orçamento do Estado já estabelece que Ministério Público tem limites para que haja esta modificação, uma vez que o aumento desta correlação vai passar a 14 mil reais e com isso o servidor público ganhará próximo ao promotor substituto, que é o valor de cinco mil reais por mês. Será um aumento razoável que, por sua vez, vai melhorar a qualidade do servidor público, deixar de haver evasão e o Ministério Público continuará prestando um excelente trabalho e até melhor.

Existe uma relação de salários de acordo com o tempo de Casa. O documento está aqui, está bem claro, não existe nenhum prejuízo para o erário público, apenas reestabelece um princípio legal e portanto estamos satisfeitos e a bancada que pediu estes esclarecimentos só tem a louvar o trabalho do Ministério Público.

Então, fizemos nossa parte, enquanto deputados e mantemos um alto nível com o Ministério Público, o que não poderia ser de outra forma.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2000, que dispõe que os cargos de provimento em Comissão de que trata o artigo 2º, *in fine*, da Lei nº 9147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente do artigo 2º da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração, a ter a denominação de “assessor administrativo”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 03 (três), de autoria dos senhores deputados Nereu Moura e Irineu Colombo, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 237/2000

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 237/2000, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2000.

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, ORLANDO PESSUTI, IRINEU COLOMBO, ADEMIR BIER E MOYSÉS LEÔNIDAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir o fundamento da técnica legislativa, suprimindo a expressão “revogadas as disposições em contrário”, esta prática tem sido usada em quase todas as sessões da Comissão de Constituição e Justiça pela própria Liderança do Governo, em forma de emendas, sendo assim, vemos a necessidade de que o referido projeto volte à comissão competente para a correção do disposto no artigo segundo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

O Parágrafo Único do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 237/2000, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Mediante envio de anteprojeto de lei, do chefe do Poder Executivo a Assembléia Legislativa, serão redefinidas as atribuições dos cargos referidos no *caput* deste artigo e fixadas as respectivas lotações, na razão de até 70% na Secretaria de Educação e 30% na Secretaria de Estado de Governo.

Sala das Sessões, em 23.08.2000.

(a) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, IRINEU COLOMBO, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER E MOYSÉS LEÔNIDAS.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 03

Altera a redação do artigo primeiro do Projeto de Lei nº 237/2000, extinguindo os referidos cargos de provimento em comissão, e suprime o seu Parágrafo Único.

Art. 1º - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de que trata o artigo 2º, *in fine*, da Lei nº 6147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente do artigo 2º, da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993.

Parágrafo Único - suprimido.

Sala das Sessões, em 23.08.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas, Ademir Bier e Edson Strapasson.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pelo fato de que os cargos em questão já foram objeto de escândalo, recentemente denunciado pela APP - Sindicato, o qual está sendo investigado pela justiça.

Outrossim, a função de tais cargos, foi extinta por governos anteriores por não haver mais razão de ser, sendo que os Núcleos Regionais de Educação já substituem a referida função.

Ademais, em tempos de escassez de recursos e contenção de despesas, a extinção destes cargos será

medida importante para que o governo coloque em ordem as suas contas.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2000. Fica instituído o Fundo Estadual do Meio Ambiente - Fema, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação e/ou a recuperação do meio ambiente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J..

Em votação o Projeto ressalvada a Emenda: **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a Emenda.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, gostaria de saber o conteúdo da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º Secretário que faça a leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Zuk**)
(**Leitura da Emenda**)

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, apenas para comentar a Emenda.

Vejo que a Emenda tem um destaque importante, que é a análise do Tribunal de Contas, atendendo ao artigo 75 da Constituição do Estado, vem de acordo. Apenas quero tornar pública a minha impressão com esta questão do Tribunal de Contas e com o fluxo das prestações de contas, aqui. Vou começar a defender daqui por diante, senhor presidente, e não é o caso de colocar Emenda, mas na oportunidade da votação temos que refletir sobre isso, de que as contas, todas as contas do governo do Estado têm que ter um fluxo, que é protocolar na Assembléia Legislativa. O presidente da Assembléia Legislativa encaminha para a Comissão competente que pede para o Tribunal de Contas fazer a auditoria. Só assim teremos uma relação eficiente com o Tribunal de Contas, aonde a Assembléia remete para a auditoria no Tribunal de Contas e não o contrário, direto do Executivo ao Tribunal de Contas e nós ficamos nem sabendo aonde é que estão estas contas! Por isso é que de certa forma até entendo que a votação do Paraná, que será em seguida, deverá sim ser apreciado por esta Casa, sempre. Mas, neste caso teríamos que até ver se os deputados fariam um acordo no sentido de trabalhar melhor o fluxo disto, para que tanto o Tribunal de Contas e o governo sempre se reportem a esta Assembléia Legislativa, como

último setor da emanção da aprovação e desaprovação das contas públicas e evidentemente seremos responsáveis, com a devida auditoria, porque hoje não temos competência para fazer isso.

Então, é um fluxo, talvez, para uma futura emenda, sair do Executivo, passar por esta Casa e da Casa pedir a auditoria do Tribunal de Contas e por fim fazermos o julgamento.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O nobre deputado coloca muito bem, realmente, o Tribunal de Contas é uma órgão auxiliar desta Casa. E assim deve ser considerado. Quando os senhores deputados precisarem de alguma informação, cabe realmente à Assembléia fazer esta consulta e também solicitar a análise do Tribunal de Contas.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 15/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas do Relatório de Gestão do Serviço Autônomo Paranaense exercício de 1999. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nobres Pares desta Casa, parece-nos que os nobres parlamentares que assinaram o Projeto de Resolução aprovando as contas do Paranaense querem diminuir o poder desta Casa, deste Parlamento. É inadmissível, e peço vênias aos colegas que assinaram este Parecer, mas parece-nos inadmissível que os deputados que assinaram o parecer propondo a aprovação de contas do Paranaense. E o Projeto de Resolução que está sendo votado nesta Casa, quer denegrir o Parlamento do Estado do Paraná.

É crível que num processo tão complexo como este, que é a apresentação de contas dos anos 1996, 1997, 1998, 1999 seja aprovado sem uma análise mais profunda. Isso é desmerecer e denegrir o Parlamento do Estado do Paraná. E aliás, quero registrar um fato aqui, que parece que a arrogância é marca registrada de alguns secretários de governo de Estado do Paraná, com relação a isto aqui fui abordado pelo senhor secretário de Desenvolvimento Urbano na sala do presidente desta Casa no dia em que o senhor secretário de Desenvolvimento Urbano veio prestar esclarecimentos à bancada de apoio ao governo de que se eu iria continuar pedindo a prisão dele, como se isso não fosse um direito de qualquer cidadão paranaense, e mais ainda de um Parlamentar que cumpre com as suas obrigações, que zela pela sua conduta pública, que zela para que as coisas aconteçam lisura, com transparência.

Ontem ouvimos aqui do líder do governo, antes de ontem, o convite para que os deputados saíssem dessa Casa para ouvir o senhor secretário da Fazenda, o todo poderoso; quando ele deveria vir aqui. E no momento em que abdicamos desse direito, de ouvi-lo aqui, ou dele responder qualquer requerimento de informações para qualquer Parlamentar desta Casa, estamos abdicando o direito nosso, do Parlamento, de um Poder que faz parte de um regime democrático nesse regime tripartido.

O secretário das Finanças para prestar informações não as escreve, nem assina, e convoca os senhores parlamentares para ouvi-lo no seu terreno. O nosso terreno é aqui, aqui é a Casa do povo, aqui é o Parlamento do Estado do Paraná.

O senhor secretário de Desenvolvimento Urbano não entendendo a função do Parlamento interpreta a ação de três Partidos Políticos que representaram contra o Paranacidade, contra os seus secretários e o senhor governador no Tribunal de Justiça como uma questão pessoal. Na verdade não o conheço e não posso julgá-lo pela sua pessoa, mas a sua conduta como secretário de governo do Estado do Paraná é uma conduta do autoritarismo, e mais do que isso, o que infelizmente acontece é a conduta da arrogância.

Portanto, em respeito àqueles que assinaram, digo que se aprovarmos esse projeto de resolução nessa tarde nesta Casa estaremos cometendo um grande crime, estaremos cometendo uma falta, aquelas faltas que a gente pode cometer na escola quando a gente não faz o dever, não estuda e na prova tem que colar.

É lamentável, me desculpem senhores parlamentares, propor a aprovação de contas da Secretaria que talvez movimente mais recursos nesse governo de forma sumária, tácita, fazendo com que esse Parlamento seja colocado como um Poder inferior, me desculpe. Peço a todos os parlamentares dessa Casa, em defesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que rejeitem esse projeto de resolução porque em primeiro lugar ele deveria, como disse o deputado Colombo agora pouco, esta Comissão de Tomada de Contas deveria ter enviado essa prestação para o Tribunal que foi criado, neste país, para ser o órgão auxiliar técnico das Assembléias Legislativas dos parlamentos brasileiros.

Não temos quadros técnicos na Assembléia Legislativa do Paraná, nos nossos gabinetes, nas nossas lideranças, capazes de nos subsidiar e de nos emitir um parecer, que seja um parecer, que o povo do Paraná espera.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão.

Em votação. E quando está em votação, de acordo com o Artigo 149, são alternados os encaminhamentos. Como já foi encaminhado pela Oposição e como nin-

guém da Situação está encaminhando, está encerrado o encaminhamento. Está em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, chamada nominal?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, Beto Richa, que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Beto Richa**)

(Procede a chamada nominal)

Senhor presidente, vinte e seis senhores deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis senhores deputados responderam a chamada, **não há quórum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1530, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Aborghetti, Miltinho Puppio, Luiz Fernandes da Silva Litro e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Prejudicado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24 às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 342/99 e 256/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 385/99, 234, 236/2000; e dos Projetos de Resolução nºs 001, 004 e 022/2000.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2000.

Levanta-se - sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões da Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Antonio Baratter apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 360/99, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Carlos Simões apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 056/99, 626/99, 627/99 e 192/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 632/99, 656/99 e 217/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada

mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil, às catorze horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação das contas da Assembléia Legislativa, exercício de 1999 - Relator: deputado Plauto Miró; submeter à aprovação das contas da Paranáeducação, exercícios de 1998 e 1999. Relator: deputado Plauto Miró; submeter à aprovação do Relatório de Atividades da Paraná Investimentos, período de 01.10.99 à 31.01.2000. Relator: deputado Antonio Baratter; submeter à aprovação das contas do Governo do Estado, exercícios de 1995 e 1998. Relator: deputado Antonio Annibelli. Havendo número legal, e de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Plauto Miró, que relatou a Proposição 45/2000, que trata da prestação de contas que compõe os demonstrativos e balanços orçamentário, financeiro e patrimonial da Assembléia Legislativa, relativas ao exercício financeiro de 1999, após exaustiva análise dos documentos apresentados e estando de acordo com a legislação vigente, optou pela aprovação, dando seu Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, sendo acompanhado por todos os presentes. O senhor presidente passou a palavra ao senhor deputado Antonio Carlos Baratter, relator da Proposição 43/2000, que encaminha o Relatório de Atividades da Paraná Investimentos S.A., concernente ao período de 01 de outubro de 1999 à 31 de março de 2000. Após exame detalhado do relatório, concluiu que está em ordem, opinando pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, sendo então, aprovado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da Comissão encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, a secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária